



ELEIÇÃO PARA DIRETOR(A) EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO: UMA REALIDADE (IM)POSSÍVEL?

Washington Luis de Andrade Cardoso Junior¹

Gabriel Swahili Sales de Almeida²

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da pesquisa de Mestrado “Gestão democrática e Direito à Educação em Unidades de Internação”, desenvolvida em um programa de Pós-Graduação. O trabalho partiu de uma inspiração marxista, tendo como referências os conceitos de hegemonia de Gramsci (1968) e a definição de Poulantzas (2002) sobre o Estado.

Para demarcar a(s) possibilidade(s) de luta de classes, dentro dos órgãos estatais, Poulantzas (2002) indica Foucault na sua análise materialista de certas instituições de poder, não apenas confirmando as assertivas da tradição marxista, “como também enriquecem-nas em inúmeros pontos” (POULANTZAS, 2002, p.65), o que justifica a articulação da docilidade dos corpos de Foucault (1999) com os referenciais adotados para a conformação do quadro analítico que compôs a pesquisa.

Nosso objetivo é analisar as percepções dos sujeitos inseridos em duas escolas localizadas em Unidades de Internação sobre uma eventual eleição direta para os cargos de direção escolar nessa realidade educacional singular.

O trabalho de coleta de dados foi realizado por uma sequência de 13 (treze) entrevistas semiestruturadas, contemplando representantes de todos os segmentos das duas escolas, a partir de uma abordagem qualitativa. O tratamento do material permitiu revelar a lógica peculiar e interna do grupo que analisamos, com a construção reflexiva fundamental do pesquisador

¹ Mestre em Educação (UFBA). Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Lauro de Freitas-BA. E-mail: xitaodabahia@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia-Salvador-BA. E-mail: swahili@ufba.br.



(MINAYO, 2013).

Para sistematizar as informações expressas adotamos a técnica de análise de conteúdo, a partir da perspectiva teórica de Bardin (2016), utilizando critérios de categorização do material sistematizado, conforme os passos estabelecidos: 1) A pré-análise; 2) A exploração do material; e, finalizando; 3) O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

A análise das entrevistas foi fundamentada nas formulações de Paro (2018) da relação indissociável entre qualidade da educação, gestão e democracia como uma perspectiva ética-política pautada na democratização dos espaços da sociedade.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

É verdade que o princípio da gestão democrática vai além da eleição para os cargos de direção da unidade escolar, envolve um leque amplo de mecanismos de escuta e participação que nas palavras de Libâneo

[...] baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões sem, todavia, desobrigar as pessoas da responsabilidade individual (2008, p. 122).

Cabe considerar que no sistema municipal de educação os estabelecimentos de ensino possuem colegiados escolares, enquanto que nas duas escolas estudadas esse mecanismo da gestão escolar não se faz presente.

É nesse aspecto que as duas escolas apresentam uma barreira essencial para o processo eleitoral: a inexistência de conselhos escolares ou de qualquer outra sistemática democrática para a escolha do gestor a partir da participação dos representantes da comunidade escolar.

Como as duas unidades escolares onde foi desenvolvida a pesquisa não



participam do processo de eleição direta para os cargos de direção escolar, previsto na legislação Municipal, que ocorre periodicamente nas escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, os questionamentos dirigidos aos informantes buscaram suas opiniões sobre a possibilidade, ou não, de ser realizada uma eleição direta para os cargos de diretor(a) e vice-diretor(a).

Sob essa perspectiva, nas entrevistas, foram identificados três posicionamentos sobre o processo eleitoral: um que defende a eleição direta na sua radicalidade (minoritário); o que aponta a possibilidade, desde que os candidatos(as) tenham familiaridade e compromisso com o socioeducativo (majoritário); e o da rejeição e/ou descrença no processo eleitoral (minoritário restrito ao segmento direção escolar).

A tendência mais avançada sobre a eleição/consulta, sem mecanismos restritivos, foi minoritária sendo expressa por dois entrevistados. Uma das professoras entrevistadas estabeleceu um paralelo interessante da participação dos adolescentes nas eleições mediante as urnas fornecidas pela Justiça Eleitoral.

Sobre como a equipe receberia a eleição direta para os cargos de Direção, ela minimizou possíveis problemas diante das tensões vivenciadas em outras escolas do Sistema Municipal de Ensino ante a disputa eleitoral. “Isso aí a gente nunca sabe. Mesmo nas escolas lá de fora, muitas vezes, esse processo eleitoral é tortuoso e conturbado” (PROFESSORA 1).

A maioria dos informantes apontou um caminho intermediário indicando a possibilidade do processo eleitoral nas duas escolas desde que os(as) candidatos(as) tenham experiência e conheçam a realidade do socioeducativo. Ao ser questionado sobre a possibilidade de uma eleição direta para os cargos de direção escolar, o Socioeducador 2 questionou quem iria participar desse processo. A interrogação expressa uma ideia de que aparentemente nunca tinha sido levantada por esse profissional, com quase vinte anos atuando em Unidades de Internação. Vencido o estranhamento inicial ele pontuou a necessidade do(a) candidato(a) conhecer a realidade do Socioeducativo. “Acredito que seria possível com a ressalva de que os candidatos



conhecessem, de fato, o que é socioeducação” (SOCIOEDUCADOR 2).

Esse mesmo direcionamento dado pela professora 2 ao destacar a experiência e conhecimento prévio acerca das Unidades de Internação como um possível critério para a habilitação de candidatos(as) no processo eleitoral. “Considero que sim, mas, contanto que sejam pessoas que conheçam o socioeducativo, que tenham o perfil adequado e acreditem na transformação desses jovens” (PROFESSORA 2).

Mesmo falas que não expressam diretamente esse recorte especializado sobre quem deve pleitear a participação no processo eleitoral apontam elementos relacionados à adequação do perfil desses profissionais às peculiaridades de um espaço de privação de liberdade.

A discordância e/ou incredulidade sobre o processo eleitoral nas escolas inseridas nas unidades de internação foi uma tendência minoritária expressa no depoimento dos Diretores.

Uma justificativa apontada pelo Diretor 1 para questionar a viabilidade das eleições diretas para os cargos de Direção Escolar é o temor da polarização dos projetos de gestão contrapostos no processo eleitoral como um fator de instabilidade.

Será que um ambiente desse aqui tem que ser polarizado como os outros? É muito complexa essa situação. Eu digo isso, estão transformando as eleições em escola, em eleições partidárias. Cada um segue mais uma doutrina partidária. A educação hoje está dividida e como trazer essa divisão para dentro de uma escola socioeducativa? Eu acho muito complicado, perigoso até demais (DIRETOR 1).

O que chama a atenção na fala do entrevistado é a apresentação sincrética dos conceitos de disputa política e disputa partidária. É evidente que a escola como uma instituição responsável pelo acesso e assimilação ao saber produzido historicamente (SAVIANI, 2011) está imersa no(s) processo(s) de disputa de poder, em que as forças políticas da sociedade projetam táticas de intervenção sobre esse espaço de (re)produção da hegemonia.

Mesmo que as duas escolas apresentem polos assimétricos de poder, agravados pelo contexto da privação de liberdade, isso não implica necessariamente que se transformem em um ambiente não democrático. O



que vai definir se a escola é democrática são as condições dos sujeitos aprofundarem as experiências de democratização (TOGNETTA; VINHA, 2007). Nesses termos, a óbvia constatação de que existem peculiaridades da educação formal em unidades de internação não é uma escusa plausível para descumprir a premissa constitucional da Gestão Democrática do Ensino Público nesses estabelecimentos de ensino.

CONSIDERAÇÕES

A ausência de sugestões para superar os entraves nos leva a especular que, apesar de anunciar a defesa das eleições diretas para os cargos de direção, os sujeitos implicados no processo de escolarização não têm a democratização do espaço escolar como uma preocupação cotidiana. Algumas explicações para esse fenômeno é a ausência de uma cultura de participação e escuta dos(as) envolvidos(as) na educação formal, a projeção dos efeitos da ideologia que perpassa a realidade concreta da medida socioeducativa de internação e o seu sentido social de privação de liberdade, ao passo que é aparente a ausência da gestão da Secretaria da Educação do Município em pautar estas possibilidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

PARO, V. H. **Gestão Escolar, Democracia e qualidade do ensino**. 2 ed.rev, São Paulo: Intermeios, 2018.



POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras Aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática**. Um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2007.